

Política de investimento 2022-2026 está disponível no Autoatendimento do site da Fundação



iStock.com

A política de investimento da FUNCEF para o período 2022-2026 já está disponível no Portal de Transparência, dentro da área de Autoatendimento do site e do app. Aprovado pelo Conselho Deliberativo, o documento traz mudanças importantes na estratégia de aplicação de recursos dos planos de benefícios da Fundação.

O ponto-chave será aproveitar o atual ciclo de alta das taxas de juros no país para migrar uma parcela dos recursos de renda variável para a carteira de renda fixa, ajustando o perfil de risco, especialmente, dos planos mais maduros.

No horizonte até 2026, a expectativa de retorno de títulos públicos está acima da meta atuarial dos planos da Fundação (4,5% ao ano + INPC).

“Em outras palavras, quando você tem um plano maduro como REG/Replan, é preciso aproveitar alguns momentos do mercado para realizar ganhos e colocá-los em investimentos que oscilam menos”, explica o diretor de Investimentos Samuel Crespi.

Este movimento ocorreu ao longo de 2021 com a venda de ações da Vale, redução da exposição à bolsa no segundo semestre e a compra de NTN-Bs longas (títulos atrelados ao IPCA), que oferecem proteção contra a inflação, cupons semestrais e baixíssimo risco, além de títulos de crédito privado, que reúnem ativos de empresas com nota de crédito alta e bem ranqueadas no mercado.

A Fundação também buscou otimizar as carteiras de liquidez dos planos, destinadas a honrar os pagamentos de curto prazo, despesas administrativas e, principalmente, benefícios aos participantes, e migrou recursos para ativos mais rentáveis.

Inovações de gestão

Outro ponto importante é que os gestores das carteiras da Fundação ganharam maior agilidade para responder às variações do cenário macroeconômico, o que é crucial em um momento em que há muita volatilidade.

A estratégia adotada é de Metas de Alocação, em que cada gestor buscará a melhor distribuição na sua carteira com certa flexibilidade para reduzir ou ampliar a fatia de cada ativo.

“Também ganhamos velocidade de resposta porque, agora, a Política de Investimentos será revisada sempre que certos gatilhos forem acionados e resultem em mudanças macroeconômicas relevantes (inflação, taxa de juros, entre outros)”, observa Crespi.

A FUNCEF também tornou mais robusta a análise da Política de Investimento, que passou a incluir cenários otimista e pessimista ao base, utilizado na elaboração do modelo de ALM (gestão integrada de passivos e ativos).

Planos maduros

Para as duas modalidades do REG/Replan, plano considerado maduro, a meta é reduzir riscos e entregar um resultado acima da meta atuarial a fim de recuperar uma parcela do que está sendo equacionado.

O objetivo é ampliar o volume de títulos públicos longos (NTN-Bs), bancários e corporativos, que apresentaram retornos superiores à meta atuarial, com recursos provenientes da realização de lucros de renda variável quando houver janelas de oportunidades.

Planos jovens

Nos próximos cinco anos, a Fundação projeta a venda de uma parcela considerável da fatia de renda variável (ações na Bolsa) para ajustar as carteiras do Novo Plano e do REB, cujas características permitem a diversificação em outras classes de ativos além da renda fixa.

“Para ajustar as carteiras destes planos, estamos estudando a adoção de perfis de risco. Assim, cada participante poderá escolher aquele mais aderente às suas necessidades e momentos de vida”, antecipa Crespi.

Exemplo deste movimento é o rebalanceamento das carteiras, que deve priorizar investimentos no exterior, classe com primeiros aportes previstos para 2022, e fundos multimercado, que podem investir em diferentes estratégias e mercados (juros, câmbio, renda fixa e ações, entre outros) em busca de um rendimento acima das opções mais conservadoras.

Fonte: [Funcef](#), em 24.03.2022.